

# Crise e Mercado de Trabalho: repercussões no centro e na periferia da Zona Euro

Crisis and Labour Market: repercussions on the center and periphery of the Eurozone

MAURICIO DE SOUZA SABADINI\*



**RESUMO** – O objetivo deste artigo é o de observar as tendências verificadas no mercado de trabalho dos países pertencentes à Zona Euro, dando ênfase às semelhanças e diferenças existentes entre aqueles que compõem, por um lado, a periferia e, de outro, o centro desta zona monetária. A hipótese principal aqui levantada é a de que a crise verificada pós-2008 acentuou as disparidades existentes no mercado de trabalho entre estes países, intensificando a divisão internacional do trabalho. Apesar de geograficamente pertencerem à mesma zona monetária e estarem sob a égide dos princípios dos tratados que regem a sua organização, tais países, que possuem estágios de desenvolvimento capitalistas diferenciados, apresentam elementos e características peculiares quanto aos seus mercados de trabalho. Como era de se esperar, as estruturas capitalistas mais frágeis, representadas pelos países periféricos da Zona Euro, mostraram-se muito mais afetadas pela crise, o que não significa dizer que nos países centrais os efeitos sobre o mercado de trabalho foram pequenos. Pelo contrário, o que se observou em seu interior foi também um processo generalizado de flexibilização e intensificação da precarização do trabalho.

**Palavras-chave** – Crise. Mercado de trabalho. Zona Euro.

**ABSTRACT** – The objective of this article is to observe the trends noticed in the labor market of the countries belonging to the Eurozone, emphasizing the similarities and differences between those who consist, on one hand, the periphery, and on the other, the center of this monetary zone. The main standing hypothesis here is that the crisis observed post 2008 accentuated the disparities in the labor market between these countries, intensifying the international division of labor. Although they belong geographically to the same monetary zone and are under a aegis of principles from the treaties that govern their organization, such countries, which have different stages of capitalist development, present peculiar elements and characteristics as to their labor markets. As expected, the most fragile capitalist structures, represented by the peripheral countries of the Eurozone, have shown to be much more affected by the crisis, although it doesn't necessary mean that the effects on the labor markets of the central countries were smaller. On the contrary, what has been observed in the interior was also a widespread process of flexibilization and intensification of precarious work.

**Keywords** – Crisis. Labor market. Eurozone.

---

---

\* Doutor em Economia pela Universidade Paris I - Panthéon Sorbonne. Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); tutor do Grupo PET Economia/UFES (SESU/MEC), Vitória/ES, Brasil. E-mail: [mauricio.sabadini@ufes.br](mailto:mauricio.sabadini@ufes.br)  
Submetido em: agosto/2013. Aprovado em: outubro/2013.

Este trabalho é uma continuidade dos estudos iniciados anos atrás que tinham como objetivo central observar os efeitos da crise pós-2008 sobre o mercado de trabalho dos países integrantes da Zona Euro (SABADINI; AVANCI, 2012). Quando elaborávamos o referido trabalho, ainda em 2011, sabíamos que o objetivo perseguido esbarrava em algumas dificuldades, tais como o “curto período entre a eclosão da crise e os efeitos captados pelas estatísticas oficiais, pelo menos do ponto de vista de tendências de longo prazo mais consolidadas [...]” (SABADINI; AVANCI, 2012, p. 65) e, mais importante para os nossos propósitos, o fato de que “há que se destacar o grau de heterogeneidade existente entre os países integrantes dos blocos econômicos, como a Zona Euro, por exemplo, e que não será aqui detalhado em função dos objetivos propostos” (SABADINI; AVANCI, 2012, p. 65-66).

Foi a partir desta última observação, e procurando preencher esta lacuna, que começamos uma nova investigação que, por um lado, continuava a dar ênfase nas tendências do mercado de trabalho dos países que compõem a Zona Euro, e, por outro, associava a análise a partir de suas diferentes estruturas socioeconômicas e de seus graus diferenciados de desenvolvimento das forças produtivas. Por isso, este artigo é, de certa forma, uma continuidade do trabalho anterior.

Do período pós-crise 2008 até o presente momento, algumas mudanças se verificaram, mesmo que não alterando os fundamentos que acreditamos serem centrais para se entender a dinâmica da crise capitalista que vem se arrastando ao longo das últimas décadas e que, a nosso ver, tem suas raízes fundadas no crescimento exponencial do capital fictício no seio do capitalismo contemporâneo.<sup>1</sup>

De todas as formas, a crise capitalista atual, que se manifesta mais intensamente na esfera financeira do capital, sobretudo a partir de seu processo especulativo, possui elementos diferenciados que se concretizam a partir da maior interligação dos mercados, facilitados pelo desenvolvimento das novas tecnologias que intensificaram as transações de compra e venda dos ativos fictícios, bem como, diferentemente do início dos anos 1990, com a crise do México em 1994, tem afetado de maneira mais direta e intensa o centro do capitalismo mundial. Estamos nos referindo tanto aos EUA, em 2008, quanto mais recentemente aos países da Europa.

Em relação a este último continente, já indicamos para o agregado da Zona Euro que “a situação dos trabalhadores ficou pior do que antes da crise, dificultando a recomposição salarial e contribuindo para o estabelecimento de relações de trabalho ainda mais flexíveis e precarizadas” (SABADINI; AVANCI, 2012, p. 98). De todas as formas, ainda naquele primeiro artigo, alguns elementos nos chamaram a atenção quanto à natureza do grau de desenvolvimento socioeconômico das nações que integram a Zona Euro e que, naturalmente, interfere na configuração de seus mercados de trabalho. Na verdade, naquele momento tratávamos as informações estatísticas em um conjunto único, como países desenvolvidos; o próprio título do trabalho retratava isso.

Porém, percebíamos que suas desiguais estruturas capitalistas também absorviam de maneira diferenciada os impactos que a crise econômica provocava no seio das sociedades. O tipo de proteção social, a interferência do Estado nos períodos de crise, o grau de vulnerabilidade externa, a estrutura de sua dinâmica produtiva e a interligação com os chamados mercados financeiros, especulativos por essência, também contribuíam para entender os impactos da crise em cada nação e o maior ou menor grau de interferência em seu mercado de trabalho.

Desse contexto maior é que surgiu a intenção de observar as particularidades existentes nos mercados de trabalho dos diferentes países que integram a Zona Euro, dando destaque ao período pós-crise. Não temos a pretensão de discorrer sobre as características da crise. Temos como objetivo principal verificar, a partir dos dados mais recentes, as semelhanças e diferenças dos efeitos da crise pós-2008 sobre o mercado de trabalho dos países da Zona Euro, mais especificamente no que chamaremos aqui de países do *centro* e da *periferia* desta zona monetária. A hipótese principal que norteia este trabalho é a de que a crise pós-2008 acentuou as disparidades existentes no mercado de trabalho entre as nações da Zona Euro, intensificando a divisão internacional do trabalho.

Apesar das dificuldades no estabelecimento e no limite da divisão entre países considerados de centro e da periferia, sobretudo em se tratando de outro continente como a Europa, adota-se aqui a ideia de que

[...] costuma-se entender como economia periférica aquele país, ou região, que apresenta, em geral, instáveis trajetórias de crescimento, forte dependência de capitais externos para financiar suas conta-correntes (fragilidade financeira), baixa capacidade de resistência diante dos choques externos (vulnerabilidade externa) e altas concentrações de renda e riqueza. Isso caracteriza o subdesenvolvimento dessas economias” (CARCANHOLO, 2008, p. 252).

Sabemos dos limites desta “divisão”, sobretudo pelo fato de entendermos que o processo de desenvolvimento econômico de uma região, país, continente, não se dá de forma separada um do outro, mas, pelo contrário, caminha paralelamente e vinculado à totalidade do processo de acumulação capitalista. Isso significa dizer que um depende do outro, numa “unidade de contrários”; só existe centro porque, historicamente, a periferia produziu riqueza que foi transferida e acumulada pelo primeiro.

Mesmo levando em conta essas considerações e seus respectivos limites, adotaremos aqui, para facilitar e visualizar alguns possíveis aspectos diferenciados do mercado de trabalho da Zona Euro, a seguinte “divisão”: das 17 nações pertencentes à Zona Euro, consideramos como *países centrais*: Alemanha, Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Holanda (Países Baixos) e Luxemburgo; e como *países periféricos*: Grécia, Portugal, Itália, Irlanda, Espanha, Malta, Estônia, Chipre, Eslovênia e Eslováquia.

Os critérios estabelecidos para esta divisão passaram pela observação de variáveis como a taxa de crescimento do PIB, endividamento, resistência quanto aos choques externos, indicador de vulnerabilidade, observação na imprensa dos países onde eclodiram mais fortemente a crise, dentre outras. Quanto ao primeiro item, a taxa de crescimento do PIB, notamos, como seria esperado, que todos os países integrantes da Zona Euro foram afetados, em maior ou menor proporção, em seu crescimento econômico, sendo que todos tiveram em algum ano uma taxa negativa de crescimento. No caso dos países centrais, segundo dados do EUROSTAT, a maior parte apresentou, no período entre 2008-2012, dois anos em média de taxas de crescimento negativas; a taxa média de crescimento dos 7 integrantes no período acima indicado foi de 0,35%. Apenas Alemanha e Áustria tiveram taxas de crescimento negativas em um único ano, mais especificamente em 2009.

Nos países periféricos, a situação apresentou-se de maneira mais grave. De início, apenas 3 países, dos 10 listados, tiveram taxas médias de crescimento positivas, enquanto entre os países centrais 5 dos 7 tiveram variações positivas, apesar de baixas. Nos países periféricos, a taxa média geral de crescimento foi de -0,7% entre 2008 e 2012, contra os 0,35% dos países centrais indicados anteriormente.

Quando observamos os dados da dívida pública em relação ao PIB, os percentuais apresentados não foram tão díspares entre os países considerados centrais e periféricos, em que pese que o segundo grupo tenha tido uma média de endividamento maior que o do primeiro, 68,2% contra 63%, entre os anos de 2008 a 2011. Isso se deveu em relação a um caso particular, o da Estônia, integrante da zona periférica, que teve uma relação dívida pública/PIB de apenas 6,1%. Nos países centrais, a maior relação dívida pública/PIB foi observada na Bélgica, 94,5%, enquanto nos países periféricos o maior percentual foi verificado na Grécia, 140,3%.<sup>2</sup>

Essas e outras informações, como as que serão trabalhadas ao longo do artigo e que se referem ao âmbito do trabalho, nos permitem propor a divisão apresentada anteriormente e, a partir dela, observar as tendências de seus países integrantes. Alguns países pertencentes à zona periférica, quais sejam, Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha, já estão sendo tratados de maneira diferenciada ao serem chamados, pejorativamente, de PIIGS (uma alusão a porcos), em função da eclosão das crises no interior de suas economias.

De fato, esses cinco países estiveram expostos com muita frequência na imprensa nos últimos anos, não só em função de sua importância na zona monetária e do peso, também econômico, político e militar, que representam na própria Europa, como é o caso, por exemplo, da Itália, sobretudo, pelas manifestações populares que eclodiram no seio de suas economias e que abalaram profundamente as suas estruturas. Isso não significa dizer que outros também não foram protagonistas em momentos específicos. Mais recentemente, Chipre, ilha-paraíso fiscal que não faz parte dos PIIGS, passou a ser o país em discussão devido às turbulências financeiras de 2012.

Finalmente, na tentativa de atingir ao objetivo central aqui exposto, apresentaremos inicialmente informações relativas ao emprego<sup>3</sup> no centro e na periferia da Zona Euro, para logo em seguida discorrermos sobre as características dos desempregados nestes dois espaços geográfico e socioeconômico.

### O emprego no centro e na periferia da Zona Euro

A taxa de emprego na Zona Euro, compreendida como a razão entre a população ocupada e a população economicamente ativa, ou seja, que está apta para o mercado de trabalho, manteve uma trajetória de redução no período imediatamente posterior à crise de 2008, mas não tão acentuada se levarmos em consideração o período 2009-2012. A taxa que era de 69,8% em 2007 teve um aumento no ano seguinte, totalizando 70,2%, aumento de 0,4 ponto percentual. Porém, já em 2009, sob os efeitos mais diretos da crise, a taxa de emprego reduziu-se em 1,4 ponto percentual fechando em 68,8%. Daí para frente, ela se manteve constante, com apenas uma pequena diminuição em 2012, alcançando o resultado de 68%, mas sempre abaixo dos valores registrados no período anterior.

Quando observamos a evolução da taxa de emprego entre as nações que compõem a chamada periferia da zona monetária do euro, notamos que seus resultados, em muitos casos, não são tão discrepantes quando comparados aos dos países centrais. É o caso, por exemplo, da Eslovênia que, apesar da redução verificada nos anos 2011 e 2012, com taxas em torno de 68%, sempre apresentou percentuais de emprego em torno dos 70%, maiores, portanto, que de países centrais como a França e Bélgica. Naturalmente, trata-se de apenas um indicador, isolado, portanto, que não registra, por exemplo, as características do emprego que está sendo gerado.<sup>4</sup>

Nos países periféricos, as reduções nas taxas de emprego foram sensíveis após o ano de 2008, com exceção da Estônia e de Malta. Nesses dois países, as taxas de emprego tiveram aumento em 2011 e 2012, com a Estônia possuindo taxas em torno de 70% enquanto Malta entre 58 e 60%. Nos demais integrantes, Irlanda, Grécia, Espanha e outros, a redução na taxa de emprego foi significativa, como pode ser constatado na Tabela 1. Entre os países do PIIGS, todos tiveram redução em seus níveis de emprego, mas chama a atenção os casos da Grécia e Espanha, os únicos países da Zona Euro que tiveram em 2012 taxas de emprego na casa dos 55,3% e 59,3%, respectivamente.

Tabela 1 – Taxa de emprego na Zona Euro (20 a 64 anos) (em %)

Países	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Zona Euro (17 países)	69,8	70,2	68,8	68,4	68,5	68,0
<b>Países centrais</b>						
Alemanha	72,9	74,0	74,2	74,9	76,3	76,7
Áustria	74,4	75,1	74,7	74,9	75,2	75,6
Bélgica	67,7	68,0	67,1	67,6	67,3	67,2
						<i>Cont.</i>

Finlândia	74,8	75,8	73,5	73,0	73,8	74,0
França	69,8	70,4	69,4	69,2	69,2	69,3
Holanda	77,8	78,9	78,8	76,8	77,0	77,2
Luxemburgo	69,6	68,8	70,4	70,7	70,1	71,4
<b>Países periféricos</b>						
Chipre	76,8	76,5	75,3	75,0	73,4	70,2
Eslováquia	67,2	68,8	66,4	64,6	65,1	65,1
Eslovênia	72,4	73,0	71,9	70,3	68,4	68,3
Espanha	69,5	68,3	63,7	62,5	61,6	59,3
Estônia	76,8	77,0	69,9	66,7	70,4	72,1
Grécia	66,0	66,5	65,8	64,0	59,9	55,3
Irlanda	73,8	72,3	67,1	64,6	63,8	63,7
Itália	62,8	63,0	61,7	61,1	61,2	61,0
Malta	58,5	59,1	58,8	60,1	61,5	63,1
Portugal	72,6	73,1	71,2	70,5	69,1	66,5

Fonte: EUROSTAT. Nossa elaboração. \* Dados não disponíveis.

Por outro lado, nos países do centro da Zona Euro, o quadro geral difere da ampla maioria dos países periféricos, o que sugere efeitos diferenciados entre eles. De forma geral, percebe-se que as taxas de emprego mantiveram-se constantes e com tendência de aumento nestes países centrais, como é o caso, por exemplo, da Alemanha, de Luxemburgo e da Áustria. Outros, como na França e na Bélgica, elas se mantiveram constantes, em um terceiro bloco, com Finlândia e Holanda (Países Baixos), tiveram uma pequena recuperação mas não tão acentuada.

O fato mais importante é que no quadro geral, quando observamos a evolução deste indicador para os países da parte periférica e central, percebe-se claramente que a estrutura socioeconômica dos dois blocos reflete de maneira bem diferenciada os efeitos da crise sobre a configuração de seus mercados de trabalho, com reflexos diferenciados sobre o nível de emprego, de acordo com as suas diferenças estruturais, e que não foram superadas com a inserção no seio da zona monetária.

Devemos também levar em consideração as diferenças existentes entre as legislações trabalhistas de cada país, bem como o grau de intervenção do Estado em suas estruturas sociais. É o que reforçam autores como Le Minez, Rey e Tallet (2012, p. 37) sobre os países do norte e sul da Europa: “as especificidades nas legislações nacionais muito influenciam as diferenças no nível de emprego não assalariado”, com reforço de Mulder e Druant (2012, p. 56): “as medidas tomadas pelo poder público variaram em função dos choques, das margens de manobra (orçamentária) e das instituições do mercado de trabalho, notadamente a legislação relativa à proteção do emprego ou o processo de formação dos salários”.

Mas, tão ou mais importante que estes indicadores é necessário observar o tipo de trabalho que está sendo gerado no interior dessas economias. E isso tem relacionamento direto com o trabalho temporário e parcial.<sup>5</sup>

Os dados sobre o trabalho parcial nos países da Zona Euro nos mostram que ele vem em expansão mesmo antes da eclosão da crise em fins de 2008. Pudemos constatar isso ao observar a série histórica desde o ano 2000. Naquele mesmo ano, o percentual de trabalhadores desempenhando atividade parcial em relação ao emprego total na Zona Euro foi de 15,1%, atingindo 18,4% em 2007, ano anterior à crise, e finalizando 2012 com 20,5%. No período pós-crise, esta também foi tendência verificada, com aumento de 2 pontos percentuais entre 2008 e 2012.

Algumas particularidades em relação ao trabalho parcial já foram ditas em trabalho anterior (SABADINI; AVANCI, 2012). É o caso, por exemplo, do elevado percentual de trabalhadores parciais na Holanda, quase atingindo a casa dos 50% do emprego total, tanto antes quanto depois do período de manifestação da crise. Neste caso, o que acontece é que em determinados países europeus, sobretudo os localizados ao norte da Europa, o trabalho parcial representa, ao contrário do verificado nos países mediterrâneos e do leste europeu, uma conquista dos trabalhadores, especialmente das mulheres, pois estes lhes permitem completar a jornada de trabalho com outras atividades, sobretudo aquelas voltadas ao âmbito familiar.

Além do mais, em alguns países, a contratação definitiva, pelo contrato de duração indeterminado, é precedida destes contratos parciais, o que contribui para o elevado percentual deste último tipo de contrato. É o que afirma a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2012, p. 4): “certos países, como a Áustria, procuraram o meio de assegurar que os empregos temporários são um trampolim para contratos mais estáveis”.

A Tabela 2 nos dá uma perspectiva da evolução do trabalho parcial por divisão entre países centrais e periféricos. A primeira observação refere-se ao fato de que, no caso dos países centrais, houve pequena variação positiva na evolução do trabalho parcial no período pós-crise, com destaque para o elevado número de trabalhadores desempenhando este tipo de atividade na Holanda, fato este já justificado anteriormente. O país que apresentou menor percentual de trabalho parcial em relação ao emprego total foi a Finlândia que ficou na faixa dos 14%.

Tabela 2 – Trabalho parcial em relação ao trabalho total (20-64 anos) (em %)

Países	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<i>Zona Euro (17 países)</i>	18,4	18,5	19,1	19,5	20,0	20,5
<b>Países centrais</b>						
Alemanha	25,6	25,2	25,5	25,6	25,8	25,7
Áustria	22,2	23,0	24,3	24,8	24,8	25,4
Bélgica	21,7	22,2	23,0	23,4	24,4	24,5
Finlândia	11,9	11,2	11,9	12,5	12,7	12,7
França	17,0	16,6	17,1	17,5	17,6	17,6
Holanda	43,1	43,5	44,4	45,2	45,5	46,2
Luxemburgo	17,8	18,0	17,5	17,4	17,9	18,3
<b>Países periféricos</b>						
Chipre	6,2	6,5	7,3	8,1	8,7	9,4
Eslováquia	2,4	2,5	3,4	3,7	3,9	3,9
Eslovênia	7,0	7,2	8,6	9,2	8,6	8,5
Espanha	11,3	11,5	12,4	12,9	13,5	14,5
Estônia	6,9	6,2	9,2	9,6	9,1	9,0
Grécia	5,2	5,2	5,6	6,0	6,5	7,5
Irlanda	16,1	16,9	20,0	21,3	22,3	22,6
Itália	13,4	14,0	14,0	14,7	15,2	16,7
Malta	9,7	10,3	10,0	10,8	11,3	12,2
Portugal	8,7	8,5	8,2	8,3	9,9	10,8

Fonte: EUROSTAT. Nossa elaboração.

Mas, talvez a principal observação a ser feita quando comparamos a situação do emprego parcial entre os países periféricos e centrais é a de que, com exceção da Irlanda que tem taxas em torno de 20%, todos os demais apresentaram índices inferiores aos dos países centrais, o que nos revela uma aparente contradição. Países como a Grécia, por exemplo, um dos mais afetados pela crise pós-2008, apresentaram taxas de trabalho parcial de apenas 5,2% em 2007, antes da crise, e 7,5% em 2012. A Eslováquia foi a que apresentou os menores índices de trabalho parcial, 2,4% em 2007 e 3,9% em 2012.

Mas, o que revelam estes indicadores? Em primeiro lugar, não podemos analisar tais índices descolados de outros que perfazem o mercado de trabalho. Se o trabalho parcial é inferior nos países periféricos em relação aos centrais, por outro lado os dados do trabalho temporário, demonstrados na Tabela 3, mostram outra situação, ou seja, percentuais na maioria das vezes superiores ou próximos aos dos países centrais. Evidentemente, cada país tem suas particularidades. Portugal e Espanha, por exemplo, países pertencentes aos PIIGS, têm percentuais de trabalho temporário superiores aos de parciais, enquanto a Estônia, apesar de baixos percentuais nos dois tipos de contratos quando comparados a de outros países, tem trabalho parcial superior ao temporário. A Grécia, em relação a outros países, apresenta baixas taxas tanto de trabalho temporário quanto de parcial, talvez refletindo dificuldade mesmo na obtenção de trabalho que não apresenta grau de proteção social mais avançado, reflexo do desemprego e da falta de geração de postos de trabalho suficientes para a população.

Uma segunda observação que nos chama a atenção são os elevados percentuais de trabalho parcial nos países centrais que podem ser reflexo tanto da falta de oportunidades relativo à criação de postos de trabalho de duração indeterminada, quanto da flexibilização da legislação trabalhista que se insere em cada país de maneira diferenciada. De qualquer forma, isso mostra que nos países da Zona Euro com maior grau de desenvolvimento de suas forças produtivas, o processo de flexibilização do mercado de trabalho também segue sua marcha em frente. Para Bruno e Cécile (2012, p. 1), “uma nova situação social foi criada na maior parte dos países europeus, essa do trabalhador pobre assistido, ligado em grande parte ao desenvolvimento da flexibilidade do mercado de trabalho”.

As justificativas apresentadas para a existência do trabalho parcial são variadas. Quando relacionadas ao fato de que não conseguiram um emprego em tempo pleno, as respostas não foram tão elevadas quando comparadas ao trabalho temporário, como será visto adiante. Apenas 29%, em 2012, para a Zona Euro, responderam que executavam tarefas parciais devido ao fato de que não conseguiram um trabalho em tempo integral. Por outro lado, quando observamos os dados referentes aos países periféricos, notamos uma situação bem diferente quando comparada à dos países centrais.

Na periferia da Zona Euro, nota-se um crescimento significativo no percentual de pessoas que indicaram que trabalhavam em atividades parciais devido à falta de trabalho em duração indeterminada. Na Grécia, este total saiu de 45,2% em 2007 para 65% em 2012; na Irlanda, saiu de 11,1% para 41,2% nos mesmos anos; na Espanha, era de 32,5% em 2007 e estava em 60,9% em 2012; Itália, 39,5% em 2007 e 58,8% em 2012; e Portugal, 38,9% em 2007 e 47,9%, segundo dados do EUROSTAT (nossa elaboração).

Já nos países centrais, além dos percentuais serem bem mais baixos, sua variação ou foi menor ou foi praticamente inexpressiva. É o caso da Finlândia onde 25,2%, em 2007, antes da crise, afirmaram que a falta de trabalho pleno foi a razão principal para o trabalho parcial, indo para 25,7% em 2012. Em países como a Áustria e a Holanda, por exemplo, os percentuais foram ainda menores e com pouca variação, 9,1% e 10,1%, em 2012, respectivamente. Quando relacionado ao fator de educação e formação profissional, os maiores percentuais verificados foram na Finlândia (28,7% em 2012), Eslovênia (26,4% em 2012) e Holanda (22,6% em 2012). Nos demais países, tanto periféricos (Grécia, 3,4% em 2012) quanto centrais (França, 1,5% em 2012), os percentuais não foram significativos.

Tabela 3 – Trabalho temporário em relação ao trabalho total (20-64 anos) (em %)

Países	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<i>Zona Euro (17 países)</i>	15,0	14,7	13,9	14,3	14,5	14,1
<b>Países centrais</b>						
Alemanha	12,0	12,3	12,2	12,5	12,7	12,0
Áustria	5,2	5,3	5,4	5,8	5,9	5,9
Bélgica	8,0	7,7	7,6	7,6	8,2	7,6
Finlândia	14,5	13,6	13,3	14,3	14,4	14,3
França	13,6	13,5	13,0	13,7	14,0	14,0
Holanda	15,1	15,0	15,0	15,4	15,5	16,4
Luxemburgo	6,2	5,4	6,4	6,5	6,6	7,0
<b>Países periféricos</b>						
Chipre	13,1	13,7	13,7	13,9	14,1	15,0
Eslováquia	4,8	4,3	4,1	5,5	6,4	6,6
Eslovênia	17,0	15,9	15,2	16,2	17,2	16,5
Espanha	30,7	28,4	24,9	24,5	24,9	23,4
Estônia	1,9	2,3	2,3	3,5	4,2	3,2
Grécia	10,7	11,2	11,9	12,3	11,5	9,9
Irlanda	6,8	7,3	7,9	8,8	9,4	9,3
Itália	12,8	12,9	12,1	12,4	13,0	13,5
Malta	4,5	3,7	4,1	4,8	5,8	6,1
Portugal	21,6	22,1	21,3	22,6	21,8	20,3

Fonte: EUROSTAT. Nossa elaboração.

Dentre os motivos declarados quanto à razão de estar em um trabalho temporário, nota-se que 59,8% indicaram que não conseguiram um trabalho permanente no ano de 2012 na Zona Euro. Apesar de maior que em 2007 (58,8%), antes da crise, tal percentual não se revela, por outro lado, tão díspar assim entre as duas regiões estudadas. Quando observamos os dados desta variável entre os países centrais e periféricos, os únicos que tiveram percentuais baixos foram a Alemanha (23,7% em 2012) e a Áustria (8,6% em 2012). Todos os demais apresentaram percentuais que variaram de, no mínimo 40% (Estônia) a 91,9% (Espanha) em 2012. De todas as formas, a execução de um trabalho temporário sugere não ser uma opção do trabalhador para sua inserção no mercado de trabalho, mas, ao contrário, o fato de que ele não conseguiu se inserir de maneira permanente, com um emprego estável e, em princípio, mais protegido.

Dentre os países integrantes da periferia, observamos situações particulares: na Grécia, por exemplo, desde o ano 2000 cerca de 85% dos entrevistados disseram que a inexistência de trabalho permanente foi um fator considerável para a razão de seu emprego temporário. Mesmo após a crise, este percentual não foi alterado, atingindo 86,4% em 2012. Já na Irlanda, também integrante dos PIIGS, o percentual declarado foi de 34,1% em 2000, alterado para 67,7% em 2012, um aumento significativo de 33,6 pontos percentuais.

Já entre os países centrais, a situação não foi diferente, com percentuais elevados nas respostas. Bélgica, França e Luxemburgo, por exemplo, apresentaram totais de 77,1%, 56,9% e 52,7%, respectivamente, em 2012. Os únicos países que apresentaram resultados diferenciados em relação ao grupo foram a Alemanha e a Áustria com 23,7% e 8,6%, respectivamente, em 2012.



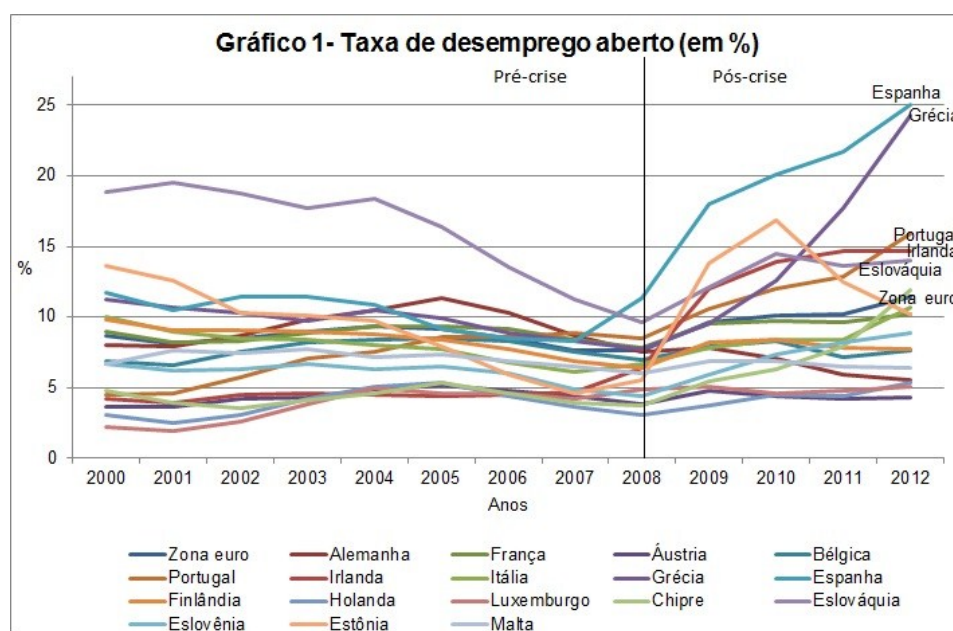
Já quanto ao problema de formação/qualificação ou educação, os registros indicam que este fator não é tão significativo assim para explicar as razões pelo trabalho temporário. Na Zona Euro, cerca de 20% indicaram esta razão em 2012, sendo que a Áustria e a Alemanha foram os únicos países que apresentaram discrepância em relação aos demais, pois apresentaram como percentuais os valores de 48,1% e 55,7%, respectivamente. Apesar da necessidade de maiores investigações, sobretudo em se tratando de estruturas capitalistas mais desenvolvidas, tais resultados podem refletir o envelhecimento da população que, como consequência, necessita de força de trabalho mais jovem e com qualificação profissional e grau de educação ainda maior.

Por outro lado, existem aqueles que não querem um trabalho permanente. Na Zona Euro, apenas 9,9% em 2012 indicaram esta opção. O único país membro da zona monetária que apresentou disparidade no resultado foi a Eslovênia, com 40,4% afirmando esta justificativa.

## O desemprego no centro e na periferia da Zona Euro

Duas observações imediatas nos chamam a atenção para os dados sobre o desemprego na Zona Euro indicados no Gráfico 1: primeira, a maior dispersão das taxas de desemprego no período pós-crise, o que nos sugere efeitos diferenciados entre as nações pertencentes à zona monetária; segunda, o maior aumento do desemprego em determinados países, sobretudo em cinco a saber: Grécia, Espanha, Portugal, Irlanda e Eslováquia, todos pertencentes aos países da periferia do Euro sendo os quatro primeiros integrantes dos PIIGS.

Esses países tiveram taxas médias de desemprego acima da existente na Zona Euro que foi de 10,3% entre os anos de 2008 a 2012. Dentre os cinco citados, a maior taxa média de desemprego foi a da Espanha com 21,2%, seguida da Grécia com 16%. Em 2012, a taxa de desemprego destes dois países totalizou 25% e 24,3%, respectivamente. Trajetória particular, se diferenciando mesmo no período pré-crise, foi a da Eslováquia, que tinha a maior taxa de desemprego antes de 2008, média de 16% entre 2000-2008. Neste período, apesar de alto percentual, a tendência do desemprego era de redução, tendência esta que se altera após 2008, retomando novamente seu crescimento e totalizando 14% em 2012. Chama também a atenção o caso da Irlanda, país afetado fortemente pela crise mundial, com baixas taxas de desemprego antes da crise, média de 4,6% entre 2000-2008, aumentando para 13,8% entre 2009 a 2012.



Fonte: EUROSTAT. Nossa elaboração.

Outro conjunto de países, a maioria integrantes da zona central, com exceção da Itália, se localiza abaixo da linha representativa média dos integrantes da Zona Euro e apresenta características particulares. Percebemos, por um lado, países como a Áustria que tem a menor taxa de desemprego entre todos os integrantes da Zona Euro e que, mesmo sentindo os efeitos da crise pós-2008, já que sua taxa de desemprego saiu de 3,8% em 2008 para 4,8% em 2009, finaliza o ano de 2012 com apenas 4,3% de desemprego. Por outro lado, é válido destacar que a Áustria possui alto percentual de trabalho parcial, com taxas de 25,4% em 2012 em relação ao total de emprego.

Uma segunda indicação trata-se da acentuada diminuição do desemprego na Alemanha de 8,7% em 2007 para 5,5% em 2012, caso particular estudado por vários autores e que aqui trataremos brevemente pelo fato de ser considerado “o milagre do emprego alemão”. Alguns fatores contribuíram decisivamente para o aumento na taxa de emprego e a consequente diminuição nas taxas de desemprego alemão, dentre os quais citamos: a Reforma Hartz implantada entre 2003-2005 e algumas modificações na metodologia que mede o total de desempregados no país. Senão vejamos.

Um dos objetivos centrais da Reforma Hartz, nome do diretor de recursos humanos da Volkswagen, foi, segundo seus proponentes, “modernizar” seu mercado de trabalho ao instaurar a lógica de “incitar e exigir”, visando reforçar a procura de emprego e estimular os desempregados a aceitarem um emprego. Algumas das ações realizadas foram a criação de *mini-jobs* com um menor número de horas trabalhadas, os trabalhos parciais, onde o salário mensal não pode ultrapassar os 400 euros por mês; reforma dos serviços públicos de emprego, racionalizando a oferta de vagas; diminuição da duração de indenização aos desempregados; estimulou-se o trabalho temporário; simplificação e aceleração dos procedimentos de contratação; inexistência de salário mínimo institucionalizado, sendo a remuneração determinada pela negociação entre patrão e empregado; estímulo à criação de própria empresa; utilização massiva do dispositivo de desemprego parcial e, a partir de 2009, pessoas de 59 anos ou mais que fizeram esforço de procura de emprego sem sucesso ao longo de um ano, bem como pessoas que procuraram se reintegrar no mercado de trabalho via formação continuada, passaram a não ser mais contadas como desempregadas, numa verdadeira “magia” estatística.

Todo o conjunto dessas e de outras ações que caracterizam a Reforma Hartz, identificadas em quatro níveis entre os anos de 2003 e 2005, contribuíram para a melhoria das estatísticas oficiais da Alemanha, como mostradas anteriormente. Mas, por outro lado, quais as consequências que a flexibilização do mercado de trabalho alemão provocou junto aos trabalhadores locais?

Um primeiro efeito já verificado no mercado de trabalho alemão é o aumento da pobreza e das diferenças sociais. “A taxa de pobreza aumentou significativamente entre 2000 e 2005, de 12,5% a 14,7%. A alta é particularmente marcante para as pessoas empregadas e mais ainda para aquelas desempregadas” (MINISTÈRE DE L'ÉCONOMIE ET DES FINANCES, 2013, p. 1). “Se a Alemanha tem o número histórico de 3 milhões de desempregados, não se pode esquecer o fato de que tinha 9 milhões de precários neste país” (BRUNO; CÉCILE, 2012, p. 13).

Mas, as reformas não finalizaram com a lei Hartz. Em fevereiro 2006 houve a redução da duração máxima da indenização do desemprego de 26 para 12 meses; em janeiro 2007, baixa na cotização social e aumento da taxa dos impostos; entre 2006 e 2010, abandono progressivo das opções de saída antecipada para a aposentadoria, objetivando a manutenção dos trabalhadores em atividade. Portanto, é no contexto da flexibilização e da precarização do trabalho que devemos entender os fundamentos do chamado “milagre do emprego” alemão.

Retornando aos dados anteriores, outra observação importante quanto ao trato dos dados do mercado de trabalho, particularmente quanto ao desemprego, refere-se ao tempo que os trabalhadores ficam para se inserir novamente no mercado de trabalho. O desemprego de longa duração passa a ser, então, uma variável importante a ser analisada. A Tabela 4 nos fornece algumas informações importantes.

A primeira delas é o fato de que o total da Zona Euro mostra uma tendência esperada: mesmo que com indicadores elevados, havia uma tendência de redução do desemprego de longa duração (12 meses ou mais) até a eclosão da crise em fins de 2008; após este ano, a tendência se inverteu, chegando em 2012 com taxa média de 46,5% em relação ao desemprego total, superior ao ano imediatamente anterior à crise, conforme Tabela 4.

Quando observamos os dados dos dois blocos, os dos países centrais e dos periféricos, percebemos uma diferença fundamental: na periferia da Zona Euro, a tendência verificada é de significativo aumento no desemprego de longa duração após o ano de 2008. Por exemplo, a Irlanda tinha taxas de 27,1% em 2008 e em 2012 finalizou o ano com 61,7%; a Espanha também seguiu o mesmo ritmo, saindo de 17,9% e indo para 44,5% em 2012; já a Itália variou de 45,7% em 2008 para 53% em 2012; a Eslováquia e a Eslovênia talvez tenham sido os únicos países que fugiram um pouco desta indicação, pois suas taxas permaneceram extremamente altas em todos os anos da série. Em 2012, o único país que apresentou resultado diferenciado foi Chipre (30,1%); os restantes tiveram percentuais mais homogêneos.

Tabela 4 – Desemprego de longa duração\* em relação ao desemprego total (em %)

Países	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Zona Euro (17 países)	44,3	39,3	35,7	42,5	45,2	46,5
<b>Países centrais</b>						
Alemanha	56,6	52,5	45,5	47,3	48,0	45,5
Áustria	26,8	24,3	21,3	25,2	25,9	24,8
Bélgica	50,4	47,6	44,2	48,8	48,3	44,7
Finlândia	22,9	18,4	16,8	24,0	22,2	21,4
França	40,2	37,5	35,2	40,2	41,5	40,3
Holanda	39,4	34,8	24,8	27,6	33,5	34,0
Luxemburgo	28,7	32,4	23,1	29,3	28,8	30,3
<b>Países periféricos</b>						
Chipre	18,6	13,6	10,4	20,4	20,8	30,1
Eslováquia	74,2	69,6	54,0	64,0	67,8	67,3
Eslovênia	45,7	42,2	30,1	43,3	44,2	47,9
Espanha	20,4	17,9	23,7	36,6	41,6	44,5
Estônia	49,5	30,9	27,4	45,4	56,8	54,1
Grécia	50,0	47,5	40,8	45,0	49,6	59,3
Irlanda	29,5	27,1	29,2	49,1	59,3	61,7
Itália	47,4	45,7	44,4	48,5	51,9	53,0
Malta	41,9	42,3	43,4	46,5	46,3	47,4
Portugal	47,1	47,4	44,2	52,3	48,2	48,7

Fonte: EUROSTAT. Nossa elaboração. \* 12 meses ou mais.

Já entre os países centrais, a evolução dos dados apresenta uma dispersão maior, ou seja, não segue resultados com tendência homogênea entre as nações pertencentes ao bloco como no caso dos países periféricos. Por outro lado, do ponto de vista individual, alguns países mantiveram relativamente constantes suas taxas de desemprego de longa duração, tais como Áustria (24,3% em 2008 e 24,8% em 2012), Bélgica (47,6% em 2008 e 44,7% em 2012) e Holanda (34,8% em 2008 e 34% em 2012). A França

manteve uma tendência de aumento, saindo de 37,5% em 2008 para 40,3% em 2012, mesma evolução verificada pela Finlândia (18,4% em 2008 e 21,4% em 2012), apesar da baixa taxa quando comparada a este último. Luxemburgo e Alemanha foram os que apresentaram redução quando comparados os anos de 2008 e 2012, saindo de 32,4% para 30,3% e 52,5% para 45,5%, respectivamente.

De todas as formas, tais informações sugerem que os dados sobre desemprego de longa duração nos países centrais da Zona Euro se apresentaram de maneira menos homogênea quando comparados aos dos países periféricos, sendo que todos se situam abaixo da taxa da Zona Euro, que foi de 46,5% em 2012, e com tendência de redução ao longo dos anos. No caso dos países periféricos, com exceção de Chipre e Espanha, todos os demais se situaram acima da média da Zona Euro em 2012, e suas dispersões foram maiores, como sugerido anteriormente. A nosso ver, estes elementos estão diretamente ligados à própria dinâmica da estrutura capitalista verificada entre estes blocos: de um lado, um grupo de países com estrutura capitalista mais desenvolvida; de outro, um grupo em estágio das forças produtivas mais atrasado. Como disseram Bruno e Cécile (2012, p. 10), “face ao crescimento da flexibilidade, as desigualdades sociais explodiram nos 4 países estudados [Espanha e Itália, Alemanha e França]. Porém, o grau de insegurança no emprego é menos marcante no segundo grupo de países”.

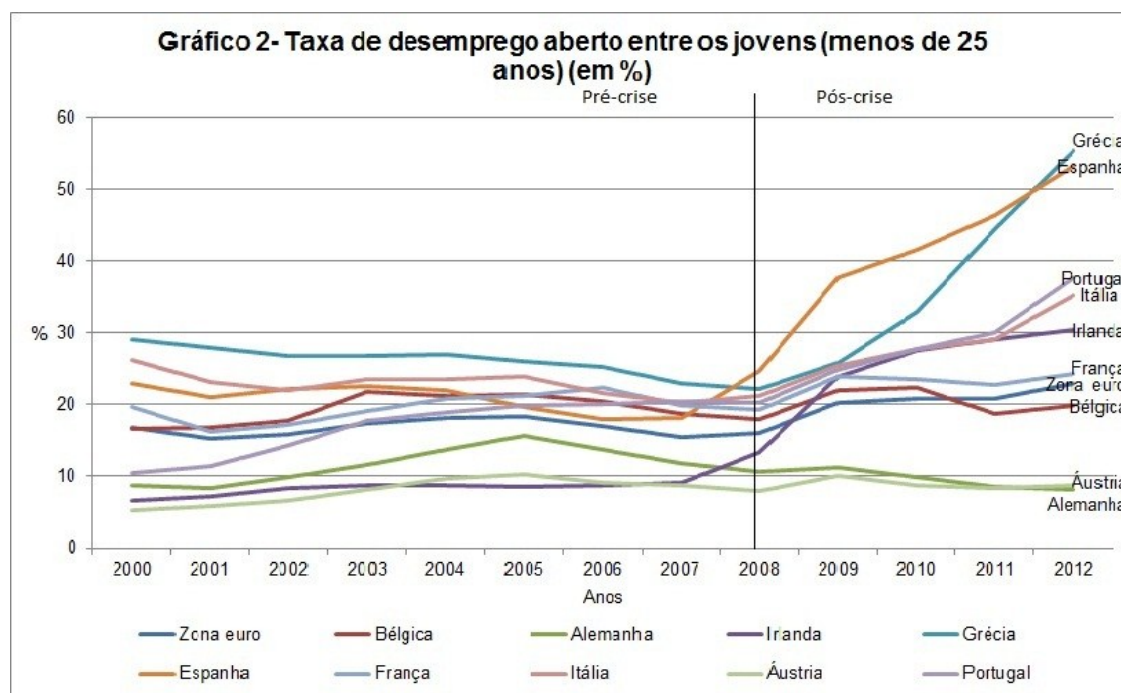
Outro indicador importante em relação ao desemprego e que vem sendo destaque na imprensa e servindo de análises no meio científico é o que trata do desemprego aberto entre os jovens de menos de 25 anos. Segundo a OIT (2013), existem atualmente 73,8 milhões de jovens desempregados no mundo. O Gráfico 2 retrata essa temática na Zona Euro.<sup>6</sup>

Dentre os países da zona central, nota-se que três dos quatro países indicados têm taxas de desemprego entre os jovens abaixo da taxa média da Zona Euro. Alemanha e Áustria terminaram o ano de 2012 com taxas de 8,1% e 8,7%, enquanto Bélgica e França, esse último o único que ficou acima da média da Zona Euro, totalizaram 19,8% e 24,3%, respectivamente. Para Mulder e Druant (2012), países como a Bélgica, por exemplo, “em razão da política que reduziu a duração do trabalho, a incidência da crise sobre o mercado de trabalho na Bélgica foi relativamente limitada” (p. 56).

Acima da média da Zona Euro encontramos os países da zona periférica, dentre os quais Irlanda, Itália, Portugal, Espanha e Grécia, todos integrantes dos PIIGS. Chama a atenção o percentual de jovens desempregados na Grécia e na Espanha. Na Grécia, a taxa de desemprego entre os jovens saiu de 22,1% em 2008 para 55,3% em 2012, um aumento de 33,2 pontos percentuais. Na Espanha, a situação não foi tão diferente: de 24,6% em 2008 para 53,2% em 2012, uma diferença de 28,6 pontos percentuais. Portugal, Itália e Irlanda também possuem taxas elevadas de desemprego entre a juventude: em 2012, seus percentuais foram de 37,7%, 35,3% e 30,4%. Como nos outros países, a influência da crise foi clara no aumento do desemprego entre os jovens.

Tais dados contribuíram em grande parte para as diversas revoltas e manifestações que eclodiram na Europa ao longo dos últimos anos, onde a juventude foi para as ruas junto a sindicatos e movimentos populares representativos contra as reformas recessivas indicadas pelas instituições financeiras que apregoavam cortes orçamentários com reduções nos gastos sociais e nível salarial.

As variações salariais entre os países centrais e periféricos são expressivas. Em países centrais como Luxemburgo, Holanda, Bélgica e França, o salário mínimo era de 1.503,0 euros, 1.273,0 euros, 1.234,0 euros e 1.218,0 euros, respectivamente. Já em alguns países periféricos o salário mínimo é bem menor, tais como: Grécia (668 euros), Espanha (631 euros), Malta (580 euros), Eslovênia (512 euros), Portugal (437 euros). Em outros países da Zona Euro, como Alemanha, Áustria, Chipre, Finlândia e Itália, os salários mínimos são fixados por setor, variando conforme relação negociada entre patrão e empregado (HEYER; PLANE; TIMBEAU, 2012).



Fonte: EUROSTAT. Nossa elaboração.

Finalmente, os dados apresentados anteriormente, seguindo a metodologia da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tratam diretamente do desemprego aberto, o que apresenta limites sobretudo quando observamos os trabalhadores inseridos em atividades informais e quanto àqueles pertencentes ao desemprego oculto pelo desalento. E é sobre esse que trataremos agora.

O percentual de trabalhadores que estavam disponíveis para trabalhar mas não procuravam mais emprego aumentou em 0,6 ponto percentual entre 2007 e 2012 na Zona Euro. Dentre os países centrais desta zona monetária, observamos, como em situações anteriores, informações díspares. Em países como a Holanda, Finlândia, Luxemburgo e Bélgica, por exemplo, notamos uma tendência de aumento dos desalentos, sendo que em Luxemburgo, Finlândia e Bélgica a variação foi bem mais intensa do que na Holanda. Em outros países, como a França, Alemanha e Áustria, observamos que os dados permaneceram constantes ao longo dos anos, sendo que nos dois primeiros o percentual de desalentos é bem pequeno, em torno de 1,3%, como podemos ver na Tabela 5.

Tabela 5 – Pessoas disponíveis para trabalhar mas não procuravam emprego (% da PEA)

Países	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Zona Euro (17 países)	3,2	3,2	3,4	3,5	3,7	3,8
<b>Países centrais</b>						
Alemanha	1,4	1,4	1,6	1,3	1,4	1,3
Áustria	3,6	3,3	3,5	3,5	3,3	3,3
Bélgica	0,8	0,7	0,7	0,7	2,2	2,0
Finlândia	3,0	2,8	3,4	3,7	3,7	4,1
França	1,0	1,1	1,1	1,1	1,1	1,0
Holanda	3,2	3,0	3,1	3,5	3,3	3,5
Luxemburgo	*	0,4	5,1	4,7	4,9	5,1

<b>Países periféricos</b>						
Chipre	2,4	1,8	1,5	1,2	1,4	2,3
Eslováquia	2,2	1,8	1,7	1,7	1,6	1,5
Eslovênia	2,1	1,4	2,0	1,7	1,8	1,8
Espanha	3,3	3,4	4,0	4,2	4,2	4,7
Estônia	4,2	3,4	5,4	5,9	6,3	5,8
Grécia	0,8	0,9	1,1	1,1	1,3	1,8
Irlanda	0,6	0,7	1,5	1,9	2,0	2,0
Itália	10,3	10,5	10,4	11,1	11,6	11,6
Malta	0,8	1,3	1,1	1,1	2,2	2,6
Portugal	1,4	1,3	1,3	1,3	3,2	4,3

Fonte: EUROSTAT. Nossa elaboração. \* Dados não disponíveis.

É interessante notar que, dentre os países periféricos, a Itália é a que possui o maior número de trabalhadores que já desistiram de procurar trabalho, sendo que seu percentual em relação à PEA já era alto em 2007 (10,3%), indo para 11,6% em 2012. Com exceção da Eslováquia, todos os demais países tiveram aumentos em seus percentuais a partir de 2008, ano de eclosão da crise.

Dentre aqueles que procuraram normalmente trabalho, os métodos mais indicados pelos desempregados na Zona Euro são a demanda via amigos, parentes e sindicatos (71,9% em 2012), seguido de ida direta ao empregador (63,7% em 2012) e *bureau* do setor público (49%).

## Considerações finais

A flexibilização do mercado de trabalho nos países da Zona Euro, em associação direta com as exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), tem afetado tanto a macroeconomia do trabalho, a partir da influência sobre o nível de emprego e desemprego, quanto a flexibilidade microeconômica relacionada às mudanças na proteção do trabalho e na jornada do trabalho. Os ajustes recessivos determinaram o ritmo de interferência nas economias dos países mais ou menos afetados pela crise.

Os dados e informações apresentadas ao longo do texto sobre o mercado de trabalho nos países centrais e periféricos da Zona Euro nos permitem afirmar que as disparidades internas e as diferenças existentes entre os países integrantes desses blocos foram acentuadas ao longo dos últimos anos pós-crise 2008, intensificando a divisão internacional do trabalho e sugerindo a existência de dois conjuntos de países com estruturas capitalistas diferenciadas.

Quanto ao nível de emprego, a maior parte dos integrantes da periferia da Zona Euro teve uma sensível redução em seus percentuais, enquanto os países centrais tiveram taxas de emprego constantes e com tendência de aumento em algumas nações como Alemanha, Luxemburgo e Áustria. Ao mesmo tempo, a reprodução do trabalho atípico, precário, tanto nos países centrais quanto nos periféricos, foram, apesar de suas particularidades, uma constante entre eles.

Quase todos os países da zona periférica, com exceção da Irlanda, apresentaram índices de trabalho parcial inferiores aos dos países centrais. Em contraposição, os percentuais de trabalho temporário foram maiores nos países da periferia da Zona Euro. Já as taxas de desemprego apresentaram maior dispersão no período pós-crise com tendência de aumento progressivo, sobretudo nos países periféricos. O desemprego de longa duração teve aumento na periferia com todos os países apresentando resultados maiores que a média da Zona Euro, representando uma estrutura mais afetada

que a dos países centrais. Da mesma forma, foram observados altos índices de desemprego entre jovens, afetando mais fortemente países como Grécia, Espanha, Portugal, Itália e Irlanda.

Finalmente, a reprodução do trabalho precário, com altas taxas de trabalho parcial e temporário, e a piora nas condições de vida da população, expressa pelas altas taxas de desemprego, revelam cada vez mais um mercado de trabalho excludente e segmentado na Zona Euro, com dificuldades para aqueles que necessitam entrar e sem qualidade e proteção social para aqueles que só conseguem atividades temporárias ou parciais.

A estrutura desigual e diferenciada entre os países da Zona Euro nos mostram que a flexibilização e a intensificação da precarização do trabalho, além de serem generalizadas, se apresentam em graus diferenciados entre as nações. Daí a divisão entre países centrais e periféricos. Evidentemente, as estruturas capitalistas mais frágeis, como as dos países periféricos da Zona Euro, mostraram-se muito mais afetadas pela crise, o que não significa dizer que nos países centrais os efeitos negativos sobre o mercado de trabalho foram pequenos e moderados.

## Referências

- BRUNO, Lamotte; CÉCILE, Massit. La flexibilité des marchés du travail à l'épreuve de la crise: plus de travailleurs pauvres? In: *Colloque «inégalités et pauvreté dans les pays riches»*, IUFM Auvergne, Chamalières, 20 janvier 2012.
- CARCANHOLO, Marcelo. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio/ago. 2008.
- CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. Capital especulativo parasitário versus capital financeiro. *Revista Problemas del Desarrollo* (Revista Latinoamericana de Economía), v. 32, n. 124, p. 9-31, jan./mar. 2001. Disponível em: <http://carcanholo.com.br/?p=44>.
- CARCANHOLO, Reinaldo A.; SABADINI, Mauricio de S. Capital fictício e lucros fictícios. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 41-65, jun. 2009.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Interprétation théorique de la crise capitaliste actuelle. *La Pensée*, n. 364, p. 7-22, oct./déc. 2010.
- DIERCKXSENS, Win. (Org.). *Crisis y sobrevivencia: antes guerreros y banqueros*. San José, Costa Rica: Editorial DEI, 2012. (Colección Universitaria)
- HEYER, Éric; PLANE, Mathieu; TIMBEAU, Xavier. *Emploi: le marché du travail est-il trop rigide?* OFCE, 2012.
- LE MINEZ, Sylvie; REY, Marie; TALLET, Frédéric. Le marché du travail européen depuis 10 ans: hausse de l'activité féminine et de celle des seniors. *Vue d'ensemble – marché du travail*, INSEE, 2012.
- MINISTÈRE DE L'ÉCONOMIE, DE L'INDUSTRIE E DE L'EMPLOI. *Qu'est-ce qui explique la résistance de l'emploi en Allemagne?*, lettre n. 79, oct. 2010.
- MINISTÈRE DE L'ÉCONOMIE ET DES FINANCES. *Réformes Hartz: quels effets sur le marché du travail allemand?*, lettre n. 110, mars 2013.
- MULDER, J. de; DRUANT, M. Les marchés du travail de la zone euro et la crise. *BNB Revue Economique*, sept. 2012.
- OCDE. Situation trimestrielle de l'emploi dans la zone OCDE. *Communiqué de presse*, 3<sup>ème</sup> trimestre 2012, jan. 2013.
- OLIVEIRA, Fabrício A.; GONTIJO, Cláudio. *A crise da União Europeia*. Belo Horizonte: CORECON/ASSEM, 2012.
- OIT – ORGANISATION INTERNATIONALE DU TRAVAIL. Crise de l'emploi dans la zone euro: tendances et réponses politiques (Résumé). Mimeo, 2012.
- \_\_\_\_\_. Tendances mondiales de l'emploi. Mimeo, 2013.
- SABADINI, Mauricio de S.; AVANCI, Vanessa. Crise recente e mercado de trabalho nos países capitalistas desenvolvidos. In: TARGINO, Ivan; OLIVEIRA, Roberto V. de. (Org.) *Cenários da crise e do trabalho no Brasil*. João Pessoa (PB): Editora da UFPB, 2012.

<sup>1</sup> Para maiores detalhes acerca de nossa interpretação das crises recentes que se manifestaram na economia mundial, tanto nos países subdesenvolvidos quanto nos desenvolvidos, ver: Sabadini e Avanci (2012), Dierckxsens (2012), Oliveira e Gontijo (2012), Carcanholo e Sabadini (2010), Carcanholo e Sabadini (2009), Carcanholo e Nakatani (2001).

<sup>2</sup> Fonte: EUROSTAT.

<sup>3</sup> Para facilitar a exposição, trataremos aqui as palavras trabalho e emprego como sinônimos.

---

<sup>4</sup> A título ilustrativo, a taxa de emprego nos Estados Unidos nos anos de 2008 e 2011 saiu de 70,9% para 66,6%, respectivamente. No Reino Unido, era de 71,5% em 2008 e passou para 69,5% em 2011 (OCDE, 2013).

<sup>5</sup> O contrato de trabalho de duração determinada ou *temporário* é quando se estabelece entre empregador e assalariado que o fim do emprego é determinado por condições objetivas tais como uma data precisa para seu término, a finalização de uma tarefa ou o retorno de outro assalariado que tinha sido substituído temporariamente.

Já os assalariados em *tempo parcial* são aqueles que não exercem uma jornada de trabalho completa ou não trabalham toda a semana em uma unidade local. São considerados parciais aqueles cuja duração de trabalho regular é inferior à duração convencional ou usual das empresas, quer seja por dia, por semana ou por mês, envolvendo todas as formas de trabalho parcial (trabalho em meia jornada, trabalho limitado a uma, duas ou três jornadas por semana, etc.). São considerados trabalhadores em tempo parcial, todos os assalariados cujo horário semanal é inferior à duração semanal de referência no Estado membro, na região, no setor ou unidades consideradas. É importante notar que se a categoria de trabalho permanente é relativamente homogênea, não é o caso da categoria tempo parcial, já que o trabalho parcial pode ser de 20%, as vezes menos, a 80% ou mais da duração do trabalho normal no seio da unidade. É impossível fazer uma distinção precisa entre o trabalho a tempo parcial e o trabalho a tempo completo, devido às diferentes práticas existentes segundo os estados membros e setores da atividade. Fonte: EUROSTAT. Nossa tradução.

<sup>6</sup> A título de melhor visualização, optamos por inserir neste gráfico os países pertencentes aos PIIGS, representativos dos integrantes da zona periférica, e alguns dos países centrais, tais como Alemanha, Áustria, França e Bélgica. Assim, teremos uma visão geral das semelhanças e diferenças entre os sub-blocos, sendo que os demais países serão abordados no próprio texto.